

Informações adicionais sobre o anúncio de concurso

Contratação de serviços para elaboração da Estratégia Nacional de Educação Ambiental em
Moçambique
Moçambique

1. Tipo de contrato

preço global

2. Designação do programa

A iniciativa "Recursos, Inovação e Desenvolvimento para as Áreas de Conservação" RINO - AID 12042 foi aprovada pela Comissão Conjunta com as resoluções n.º 117 no dia 18 de dezembro de 2019, prevendo um montante total a suportar pelo AICS de 6.850.000,00€ (AID 012042.02.6).

O objectivo geral do programa mira a Promover a elaboração e utilização de ferramentas para a definição das políticas ambientais, garantindo o bom funcionamento das instituições com vista a aumentar a consciência social no domínio da conservação da biodiversidade.

3. Financiamento

Agência Italiana de Cooperação para o desenvolvimento,
Rubrica orçamental do programa 1.1.1

4. Base jurídica, elegibilidade e regras de origem

A base jurídica deste procedimento é o Decreto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional n. 192 de 02/11/2017: "Regulamento que contém as diretrizes gerais para regular os procedimentos de escolha do empreiteiro e a execução do contrato a efetuar no estrangeiro, nos termos do n.º 7 do artigo 1.º do decreto legislativo n.º 50/ 2016".

A participação está aberta a todas as pessoas singulares que sejam nacionais e a todas as pessoas coletivas (que participem quer a título individual quer em agrupamento de candidatos/proponentes – consórcio) efetivamente estabelecidas num Estado-Membro da União Europeia ou em Moçambique.

5. Candidatura

Podem participar ou apresentar uma proposta todas as pessoas singulares e pessoas coletivas elegíveis (como referido no ponto 4 acima) ou agrupamentos dessas pessoas (consórcios).

Um consórcio pode ser um agrupamento permanente com personalidade jurídica ou um agrupamento constituído informalmente para efeitos de um procedimento de concurso específico. Todos os membros de um consórcio (ou seja, o chefe do consórcio e os restantes membros) são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante.

A participação ou apresentação de propostas por pessoas singulares ou pessoas coletivas que não sejam elegíveis implicará a exclusão automática das pessoas em causa. Se as pessoas não elegíveis forem membros de um consórcio, a sua exclusão implica a exclusão de todo o consórcio.

6. Número de propostas

As pessoas singulares ou coletivas não podem apresentar mais do que um pedido de participação

ou proposta, independentemente da forma de participação (entidade jurídica individual ou chefe ou parceiro de um consórcio que apresente um pedido de participação ou proposta). Caso uma pessoa singular ou coletiva apresente mais do que um pedido de participação ou proposta, serão excluídos todos os pedidos de participação ou propostas em que essa pessoa tenha participado.

No caso de lotes, os candidatos ou proponentes só podem apresentar um pedido de participação ou proposta por lote. Os contratos serão adjudicados lote a lote e cada um deles formará um contrato distinto.

7. Motivos de exclusão

Os candidatos devem subscrever uma declaração, cuja minuta figura no formulário de pedido de pedido de participação, de que não se encontram em nenhuma das situações referidas no artigo 2.6.10.1. do **guia prático (PRAG)**. Se pretender recorrer a entidades que proporcionem capacidades ou a subcontratantes, o candidato deve apresentar a mesma declaração assinada por essa(s) entidade(s).

O contrato não pode ser adjudicado aos candidatos que estejam incluídos nas listas das medidas restritivas da UE (ver artigo 2.4 do guia prático) no momento da decisão de adjudicação.

8. Subcontratação

A subcontratação é autorizada.

9. Data provisória do convite à apresentação de propostas

30/09/2023

10. Data provisória de início do contrato

01/11/2023

11. Prazo de execução das tarefas

12 meses a partir da data de assinatura da proposta

12. Língua do procedimento

Todas as comunicações por escrito no âmbito do presente concurso e do contrato devem ser redigidas em português.

13. Informações adicionais

Os dados financeiros a fornecer pelo candidato no formulário de pedido de participação ou no formulário de apresentação da proposta devem ser expressos em MZN. Se aplicável, se um candidato mencionar montantes inicialmente expressos noutra moeda, a conversão em MZN é efetuada em conformidade com a taxa de câmbio InforEuro de mês de setembro 2023 que pode ser consultado no seguinte endereço: <http://ec.europa.eu/budget/graphs/inforeuro.html>.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

14. Critérios de seleção

Entidades que proporcionam capacidades

Qualquer agente económico (candidato ou proponente) pode, se necessário e relativamente a um contrato específico, recorrer a competências de outras entidades, independentemente da natureza jurídica do vínculo que tenham entre si. Se recorrer a outras entidades, o operador económico deve, nesse caso, provar à entidade adjudicante que disporá dos meios necessários para a execução do contrato, apresentando o compromisso assumido por essas entidades de que colocam esses meios ao seu dispor. Essas entidades, por exemplo, a sociedade-mãe de um agente económico, devem respeitar as mesmas regras de elegibilidade, nomeadamente em matéria de nacionalidade, que as aplicáveis ao próprio agente económico e cumprir os critérios de seleção que levaram o agente económico a recorrer a elas. **Além disso, as informações relativas aos critérios de seleção para os quais o proponente recorre às capacidades dessa entidade terceira devem figurar num documento distinto.** A pedido da entidade adjudicante deve igualmente ser apresentada a prova das capacidades dessa entidade.

No que diz respeito aos critérios técnicos e profissionais, os operadores económicos só podem recorrer às capacidades de outras entidades se estas últimas forem realizar as tarefas para as quais essas capacidades são exigidas.

No que diz respeito aos critérios económicos e financeiros, as entidades a cujas capacidades o operador económico recorre tornam-se solidariamente responsáveis pela execução do contrato.

São aplicáveis aos candidatos os critérios de seleção seguidamente enunciados. Se os pedidos de participação forem apresentados por um consórcio, estes critérios de seleção são aplicáveis ao conjunto do consórcio, salvo indicação em contrário. Os critérios de seleção não serão aplicados às pessoas singulares e a sociedades unipessoais quando são subcontratantes:

O candidato não pode utilizar como referência para os critérios de seleção experiência anterior que tenha causado o incumprimento de um contrato e a rescisão por parte de uma entidade adjudicante.

Os critérios de seleção dos proponentes são os seguintes:

- 1) Capacidade económica e financeira** (com base no ponto 3 do formulário de pedido de participação ou no ponto 3 do formulário de apresentação de propostas). Se o candidato for uma entidade pública, deverão ser apresentadas informações equivalentes. O período de referência que será tido em conta serão os últimos 3 anos relativamente aos quais as contas estão encerradas.

Os critérios financeiros aplicáveis a pessoas coletivas e pessoas singulares são:

- o volume de negócios médio anual do candidato ou proponente nos anos 2020-2021-2022 deve ser igual ou superior a 1/3 do orçamento máximo anual do contrato apresentado no concurso,
- 2) Capacidade profissional** (com base nos pontos 4 e 5 do pedido de participação no respeitante aos contratos de prestação de serviços). O período de referência que será tido em conta corresponde aos últimos três anos que antecedem a data-limite de apresentação.
 - Inscrição no cadastro de empresas para actividades relacionadas com o objecto do

contrato;

- O proponente possui habilitações profissionais adequadas a este contrato, que respeitam as condições mínimas exigidas pelas Condições de Referências (parte B, Anexo II, capítulo 5, Requisitos, parágrafo 6.1 Pessoal).
- possuir habilitações profissionais adequadas a este contrato demonstrando de ter trabalhado em contratos em parceria com entidades governamentais nos últimos três anos, preferivelmente com o ministério de tutela do serviço em objecto (MTA);

3. Capacidade técnica.

O período de referência que será tido em conta será os últimos 3 anos após o prazo para a apresentação das propostas.

Os Critérios aplicáveis a pessoas coletivas e a pessoas singulares são:

- O candidato tem realizado pelos menos 2 contratos similares na mesma área temática durante o período de referência: 2020-2021-2022;
- Os/os domínios/s de especialização são pertinentes e relevantes para o objecto e as especificações técnicas deste concurso.

Tal significa que o contrato a que o candidato se refere pode ter sido iniciado em qualquer momento durante o período indicado, mas não tem necessariamente de ter sido concluído durante esse período, nem executado durante a totalidade do período. Os candidatos podem fazer referência a projetos concluídos durante o período de referência (embora iniciados antes) ou a projetos ainda não concluídos. Só será tida em conta a parte concluída de forma satisfatória durante o período de referência. Deverão ser apresentadas provas documentais relativamente a esta parte (declaração ou certificado da entidade que adjudicou o contrato, prova de pagamento), indicando igualmente o seu valor. Se o candidato tiver executado o projeto no âmbito de um consórcio, os documentos comprovativos devem indicar claramente a parte que o candidato concluiu, juntamente com uma descrição da natureza dos serviços prestados/bens fornecidos, se tiverem sido utilizados os critérios de seleção relativos à pertinência da experiência.

Critérios de adjudicação

Melhor relação preço/qualidade.

